



**Conselho
Nacional de
Política Cultural**

**CÂMARA TÉMATICA
COLEGIADOS SETORIAIS**

21 DE JANEIRO DE 2026

Ata da 2ª Reunião da Câmara Temática do CNPC de Retomada dos Colegiados Setoriais

Data: 21 de janeiro de 2026

Horário: 09h-18h

Local: Híbrido: Ministério da Cultura, sala de reuniões 2º Andar, Brasília-DF; Reunião virtual via Microsoft Teams

Participantes:

Nome	Organização/Representação
Carmen Negrão	Conselheira (Sociedade Civil)
Daiara Tukano	Conselheira (Sociedade Civil)
Daniel Balabram (Samam)	Coordenador-Geral CNPC
Diego da Silva Pinto Santoro	Chefe de Divisão Colegiados Setoriais
Helenice Assis Vespasiano	Analista Técnica de Políticas Sociais na SCDC
Jaqueline Custódio	Conselheira (Sociedade Civil)
Lais Helena Custodio Rodrigues de Queiroz	Conselheira (Iphan/MinC)
Lenine Guevara	Coordenadora FUNARTE
Leonardo Lessa	Conselheiro FUNARTE
Lindivaldo Oliveira Leite Júnior	Secretário Executivo do CNPC
Luísa da Cunha Abbott	Coordenadora Colegiados Setoriais
Sandro Rafael Martins dos Santos	Coordenador SNC
Shirlei Correia Rodrigues	Representante da SCDC/MinC
Vinicius Prado Januzzi	Coordenador CNPC

1. Pauta da Reunião

1. Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária.
2. Debate Conceitual e Memória Institucional: Arquitetura dos colegiados e o papel histórico da participação social.
3. Desenho Institucional e Fluxo de Participação: Relação entre Colegiados, Fóruns e o Pleno do CNPC.
4. Definição de Áreas Finalísticas: Mapeamento de setores, sistemas setoriais e pontos focais no MinC.
5. Encaminhamentos.

2. Deliberações e encaminhamentos:

1. Aprovação da Ata e Expediente Inicial

Aprovação da Ata Anterior: O Coordenador, Vinícius Januzzi, submeteu a ata da 1ª reunião à leitura e aprovação. As conselheiras aprovaram o documento sem ressalvas.

Disponibilização Pública: Foi deliberado que, após a aprovação, o documento seria enviado para publicação imediata no site do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) para garantir o acesso público.

2. Debate Conceitual: Arquitetura e Papel dos Colegiados

Definição de Papel: Carmen Negrão iniciou o debate questionando a unidade e o papel do colegiado setorial dentro do Conselho. Leonardo Lessa enfatizou que a reconstrução dos colegiados deve seguir a lógica dos sistemas setoriais previstos no artigo 36 da Lei 14.835/2024.

Controle Social e Monitoramento: Sandro Rafael, do SNC, ressaltou que, diferentemente do passado, os conselhos atuais devem exercer o controle social e fiscalizar a execução das políticas. Lais Helena, do Iphan, reforçou que o "coração" dos colegiados é o monitoramento dos planos setoriais vinculados ao Plano Nacional de Cultura.

Letramento e Nivelamento: Destacou-se a necessidade de um "letramento" político para que todos os membros compreendam o papel consultivo e fiscalizador dos colegiados, evitando que se tornem instâncias isoladas da gestão.

Memória e Histórico: Relembrou-se o auge dos colegiados entre 2013 e 2015, enfatizando que os novos órgãos devem ser "guardiões" das políticas culturais, servindo de anteparo contra descontinuidades administrativas.

Feedback e Diálogo: O colegiado foi descrito como uma instância de pactuação com o poder público, servindo para dar feedback sobre o que o governo está trabalhando e atuando como guardião das políticas culturais.

3. Representatividade e Diversidade

Regionalidade e Descentralização: Houve um debate intenso sobre evitar que o debate fique centrado no eixo Sul-Sudeste. Daiara Tukano destacou a dificuldade de acesso e comunicação na região Norte e a importância de ouvir as organizações de base.

Interseccionalidade: Carmen Negrão defendeu que recortes de gênero, raça, território, juventude e idosos devem perpassar todos os colegiados, em vez de serem criados colegiados isolados para cada grupo.

Paridade de Idades: A experiência dos povos indígenas foi citada como exemplo da importância do diálogo entre anciões e a juventude, além da paridade de gênero.

Câmaras Temáticas vs. Colegiados: Esclareceu-se que as Câmaras Temáticas são instâncias internas do Pleno para entregas específicas (ex: comunicação, regimento), enquanto os Colegiados Setoriais são braços externos de participação social vinculados a sistemas de política pública.

4. Relação com o Pleno do CNPC

Vínculo Direto: Carmen Negrão propôs que os colegiados elejam seus representantes para o pleno, criando uma linha de conversa direta. Vinícius Januzzi observou que o colegiado setorial é o vínculo essencial com o Conselho Nacional, diferenciando-se de outros comitês de gestão.

Desafio da Paridade no Pleno: Discutiu-se o desafio de manter a paridade de gênero e raça no pleno caso a eleição seja direta. Leonardo Lessa sugeriu que a eleição via colegiado permite maior controle para garantir essa diversidade através do estabelecimento de cotas para titulares e suplentes.

5. Áreas Finalísticas e Nova Estrutura de Fóruns

Mapeamento de Setores: Foram listadas as áreas com políticas públicas já amadurecidas para formar colegiados, incluindo **Patrimônio (Material e Imaterial), Música, Teatro, Dança, Circo, Artes Visuais, Literatura e Cultura Viva** .

Diferenciação entre Colegiado e Fórum: Para áreas sem políticas institucionais consolidadas ou que são multissetoriais, foi proposta a criação de Fóruns Nacionais.

Fóruns Propostos: Foram elencados 8 fóruns iniciais: *Áreas Técnicas, Capoeira, Hip-hop, Cultura Alimentar, Cultura Urbana e Periférica, Cultura da Infância, LGBTQIA+*

e Acessibilidade/Cultura Surda. Funcionamento: Os fóruns terão liberdade de organização, mas devem encaminhar relatórios e pautas periodicamente ao Pleno do CNPC.

Pontos Focais: Deliberou-se que cada fórum deve ter um "ponto focal" dentro da estrutura do MinC para garantir que as demandas sejam processadas institucionalmente .

O grupo mapeou 20 áreas para a criação de Colegiados e 8 áreas para Fóruns, vinculando-as às suas respectivas "famílias" institucionais no MinC:

Eixo Funarte (Artes): Artes Visuais, Circo, Dança, Música e Teatro. Foi incluída a obrigatoriedade de representação de trabalhadores das áreas técnicas em todos os colegiados de artes.

Eixo Iphan/Ibram/Casa Rui Barbosa (Patrimônio): Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Museus, Arquivos e Acervos. Decidiu-se manter a separação entre Material e Imaterial para garantir a visibilidade dos detentores de saberes tradicionais.

Eixo SCDC e Palmares (Identidades): Culturas Indígenas, Matriz Africana, Quilombolas, Culturas Afro-brasileiras, Culturas Tradicionais e Populares, Campo/Águas/Florestas e Cultura Viva.

Eixo SAV e SEFLI: Audiovisual e Literatura/Livro/Leitura/Bibliotecas.

Eixo Economia Criativa: Economia Criativa e Artesanato (este último como ponto focal estratégico devido à transversalidade com outros ministérios).

6. Organização Interna e Logística

Número de Membros: Sugeriu-se que os colegiados tenham entre 15 e 21 membros, garantindo no mínimo dois terços de representantes da sociedade civil.

Periodicidade: Ficou acordado que os regimentos internos de cada colegiado definirão a frequência das reuniões, mas com o compromisso de ao menos um encontro presencial anual organizado pelo Ministério.

Registros e Memória: Daiara Tukano enfatizou a necessidade de atas detalhadas e uma base de dados organizada para que a memória política não se perca entre as gestões.

Próximos Passos:

Ação	Responsável(is)
Sistematizar a proposta final (modelo de 20 Colegiados e 8 Fóruns) para a apresentação na reunião do Sistema MinC e posteriormente no Pleno.	Coordenação do CNPC (Vinícius Januzzi e Daniel Balabram)
Realizar articulação urgente com a Secretaria de Economia Criativa para alinhar a inclusão do setor de Artesanato e definir fluxos.	Daniel Balabram (Samam)
Apresentar a proposta consolidada na Reunião Extraordinária do Pleno do CNPC agendada para o dia 03 de fevereiro.	Membros da Câmara Temática (Carmen Negrão, Vinícius Januzzi, etc.)
Instituir por portaria os Grupos de Trabalho da Funarte (início previsto para março, pós-Carnaval), que servirão de base para os futuros colegiados de artes.	Funarte (Leonardo Lessa / Lenine Guevara)
Elaborar redação para o Decreto prevendo a possibilidade de instituição de Fóruns Nacionais, condicionada à aprovação do Pleno.	Leonardo Lessa e Coordenação/Conjur
Definir detalhes do Regimento Interno (periodicidade de reuniões, critérios de eleição, paridade e regionalidade) em próxima reunião da Câmara.	Câmara Temática (Todos os membros)
Disponibilizar a ata e documentos aprovados no site oficial do CNPC.	Equipe Técnica (Diego Santoro / Coordenação)